

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação – Trabalho 937

“COISAS DE MENINOS E COISAS DE MENINAS”: A PRODUÇÃO DO CURSO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Francisca Jocineide da Costa e Silva – UFPB

Adenilda Bertoldo Alves de Moraes – UFPB

Agência Financiadora: CAPES; FAPESq

Resumo

Este texto analisa os trabalhos de conclusão do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, focalizando as relações de gênero nas instituições de educação infantil em diversas cidades. Onze trabalhos foram submetidos à análise de conteúdo, observando os temas principais, referenciais teóricos, procedimentos metodológicos, resultados e proposições quando apresentadas. Os resultados apontaram que as práticas pedagógicas ainda são reprodutoras da cultura androcêntrica, desvalorizando atributos femininos. Assim, crianças de dois a cinco anos são por vezes impedidas de vivenciarem a diversidade das relações sociais em virtude do gênero.

Palavras-chave: Gênero e Diversidade na Escola. Educação Infantil. Produção científica.

Introdução

Este texto¹ apresenta resultados das produções finais do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola² (GDE) que abordaram as relações de gênero na Educação Infantil. O curso foi totalmente gratuito, teve duração de dezoito meses ofertado no período de junho de 2014 a dezembro de 2015 em um estado do Nordeste brasileiro. O público alvo e majoritário foram docentes das redes públicas estadual e municipais, e sua ênfase curricular recaiu na relação teoria-prática no que concerne aos temas gênero e diversidade na escola.

No decorrer de 360 horas do curso foram ofertadas sete disciplinas, a saber: Introdução à Educação a Distância; Diversidade; Metodologia de Projetos Didático-Pedagógicos; Gênero; Sexualidade e Orientação Sexual; Relações Étnico-raciais; Metodologia de Projeto de Pesquisa. O trabalho final do curso, em formato de artigo

1

2

científico, deveria articular gênero aos demais temas estudados. Devido à modalidade EaD, utilizando o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, o curso abrangeu seis polos de apoio presencial e iniciou com trezentos e trinta e nove matrículas atingindo cento e quarenta e oito conclusões.

Para a produção do trabalho final, foi proposta à equipe de formadoras/es e tutoras/as a construção coletiva de projetos guarda-chuva em diversos temas para orientar as escolhas dos/as discentes segundo seus interesses pessoais e profissionais. Obteve-se o total de doze projetos: (1) Gênero, Deficiência e Diversidade; (2) Gênero na educação infantil; (3) Gênero e prática docente; (4) Gênero, corpo, sexualidade na EJA; (5) Gênero, relações étnico-raciais e sexualidade; (6) Gênero e violências na escola; (7) Gênero e temas polêmicos: contracepção, aborto e gravidez na adolescência; (8) Violência doméstica e suas repercussões na escola; (9) Gênero e escolha profissional no Ensino Médio; (10) Gênero e Tecnologias da Informação e Comunicação; (11) Gênero e perspectivas de pais e mães diante da escola; (12) LGBTfobia na Escola.

O interesse deste texto versa sobre o projeto (2) Gênero na educação infantil, cujo objetivo foi analisar a organização espacial e visual das instituições de Educação Infantil, as prescrições docentes e interações entre as crianças da perspectiva da reprodução ou transformação das relações de gênero.

No total, dezessete cursistas escolheram o projeto 2 para elaborarem seus trabalhos finais, sendo apenas um homem. Durante o percurso algumas cursistas saíram do projeto, seja por migrarem para outro projeto, seja por abandonarem o curso. Portanto, foram produzidos catorze trabalhos dentro do projeto, e onze são objeto de análise deste texto, pois três deles tiveram como lócus o Ensino Fundamental.

Os trabalhos, apresentados publicamente entre os meses de setembro e novembro de 2015, foram analisados à luz da análise de conteúdo no que concerne aos temas principais, objetivos, referenciais teóricos, procedimentos metodológicos, resultados e proposições, quando apresentadas.

A Educação Infantil é o primeiro nível da Educação Básica (BRASIL, 1996), em que as crianças podem ingressar com alguns meses de vida e permanecem até os cinco anos, geralmente em período integral de cerca de dez horas diárias. Este nível tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, sobretudo da socialização. A necessidade de discussão sobre gênero na Educação Infantil se dá pela importância da socialização de gênero, uma prática tradicional que diferencia meninos e meninas com consequências para todo seu desenvolvimento e aprendizagens posteriores.

Sendo gênero o primeiro marcador social de diferenciação, portanto de identidade (SCOTT, 1995; BOURDIEU, 2002), as crianças aprendem, desde os primeiros anos de vida, que devem perceber-se como menino ou menina (PAECHTER, 2009), para sentirem-se inseridas em um grupo social, e a escola pode acentuar ou amenizar essas diferenciações.

O feminismo liberal do início da segunda onda localizou a fonte da desigualdade de gênero na socialização gendrada das crianças, reprodutora da divisão sexual do trabalho, e propôs uma educação infantil não sexista, neutra quanto a gênero (LORBER, 2010). Portanto, é importante que educadoras/es atuantes na Educação Infantil possam criticamente compreender as relações de gênero e refletir sobre sua prática pedagógica frente a essas relações, sendo este um dos objetivos do curso de especialização GDE.

Gênero na Educação Infantil

A produção dos trabalhos finais desenvolvidos no projeto 2 do GDE foi orientada pelos seguintes objetivos específicos: caracterizar a organização e sinalização dos espaços, objetos e atividades na Educação Infantil; analisar os discursos de educadoras/es que prescrevem às crianças os lugares, as atividades, brincadeiras, objetos, brinquedos e comportamentos, reproduzindo a dicotomia de gênero; observar as interações entre meninos e meninas, buscando evidenciar práticas de sexismo, misoginia, racismo, homofobia e estereótipos ligados ao corpo.

As aprendizagens de gênero ocorrem em todos os ambientes e grupos sociais, incluindo a escola, e nesta desde a Educação Infantil, conforme observado nos estudos de Paechter (2009). A organização da instituição escolar, os símbolos, os discursos, os projetos pedagógicos, as ações e omissões docentes também são formas de prescrever as identidades e relações de gênero pretendidas naquele espaço (CARVALHO, COSTA e MELO, 2008; LOURO, 2014).

Nesse sentido, a pedagogia organizacional e visual consiste na “configuração espacial das ações e objetos, ou seja, dos cenários impostos às crianças, e a prescrição de atividades e interações que devem ocorrer nesses cenários, bem como os signos e os símbolos impostos às crianças nas rotinas escolares” (CARVALHO, COSTA e MELO, 2008, p. 1). Nas instituições de Educação Infantil a organização espacial é fundamental para o desenvolvimento físico e cognitivo das crianças, e pode determinar o lugar dos corpos diferenciados para meninos e meninas.

As prescrições de gênero dizem respeito às orientações, planejadas ou não no espaço escolar, que sinalizam características gendradas e gendrantes para meninos e meninas. Estão nos discursos sexistas, na organização espacial, nas atividades pedagógicas diferenciadas para meninos e meninas, nas brincadeiras que demarcam o lugar de cada um/uma. Na primeira infância as crianças aprendem por meio das orientações e ações dos adultos, e, no que concerne as aprendizagens de gênero elas repetem ou recriam conforme as experiências que lhes são proporcionadas.

Se a construção das identidades de gênero é relacional (SCOTT, 1995), ou seja, masculino e feminino dependem um do outro para se constituírem como tais, logo essa construção perpassa a interação social. Um dos objetivos da Educação Infantil é proporcionar a interação das crianças com seus pares e com os adultos (BRASIL, 1998).

Portanto, a proposta de investigar as interações entre crianças deve-se à concepção de que “tão importante como compreender o que as crianças sabem sobre gênero, é compreender o uso que elas dão a esse conhecimento nas relações que estabelecem com seus pares e também com os adultos” (SIMÃO, 2013, p. 947). As interações na Educação Infantil são marcadas por gênero com o objetivo de propiciar aos meninos e meninas aprenderem sobre suas diferenças e as implicações resultantes destas: o que pode e deve um menino ou uma menina, seus comportamentos, sentimentos e pensamentos.

Para superar as práticas gendradas e gendrantes ainda vigentes nas instituições de Educação Infantil, é necessário a transversalização de gênero em cursos de formação inicial e continuada, tendo em vista que as prescrições de gênero estão presentes nos discursos, imagens, símbolos e objetos nas relações sociais cotidianas. Por isso, a importância do curso GDE que objetivou promover essas discussões no ambiente escolar, contribuindo para práticas docentes não reprodutoras das desigualdades de gênero.

“Meninos, meninas... brincadeiras... ação docente...”

O plano de análise dos dados incluiu um quadro analítico preenchido com os temas principais dos trabalhos, objetivos gerais, os referenciais teóricos utilizados, os procedimentos metodológicos, os resultados, e as proposições sugeridas. Utilizou-se a análise de conteúdo (FRANCO, 2012) que ajuda a inferir acerca dos fenômenos de determinados contextos. Assim, apresenta-se um panorama de como ocorrem as construções das identidades de gênero em uma realidade específica, com base nos trabalhos analisados.

Os temas de interesse das pesquisas foram interações e prescrições docentes em nove textos, construção de gênero por meio da linguagem em um trabalho, e construções de gênero por meio de brinquedos e brincadeiras em outro. No entanto, todos os textos perpassaram o momento das brincadeiras e o uso dos brinquedos, pois são as principais metodologias de ensino e aprendizagem na Educação Infantil, bem como formas de expressão, representação e ressignificação do mundo usadas pelas crianças (BRASIL, 1998; PAECHTER, 2009).

Nesse sentido, os objetivos enfatizaram a análise das relações e construções de gênero, quer seja na interação docente/criança durante as brincadeiras e as prescrições docentes, quer seja entre as crianças e suas ações, o que diziam, seus comportamentos gerados ou ressignificados, suas concepções de gênero e o uso dos brinquedos.

Os referenciais teóricos utilizados tiveram como base o material discutido durante o curso GDE, sendo que alguns textos foram propulsores para o desenvolvimento das pesquisas. Quatro trabalhos utilizaram o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) para caracterizar a Educação Infantil no Brasil. No que concerne à teorização de gênero, as referências que predominaram foram as publicações de Guacira Louro e Joan Scott. Especificamente sobre gênero na Educação Infantil destacaram-se as contribuições de Carrie Paechter, Daniela Finco, Cláudia Viana, Márcia Buss-Simão, Maria Eulina Carvalho e Gabriela Meireles.

O RCNEI é um documento oficial lançado em 1998 que traz orientações didáticas para o trabalho na Educação Infantil incluindo as relações de gênero, o que pode ser considerado um avanço para o período. No entanto, foi utilizado em apenas quatro pesquisas, mas não destacando suas discussões sobre gênero. A hipótese é que há pouco reconhecimento das contribuições desse documento para a Educação Infantil e para as relações de gênero que a atravessam.

Destaca-se o número de autoras brasileiras que contribuíram para o embasamento sobre gênero na Educação Infantil, demonstrando um avanço da pesquisa na temática. Nesse item, incluem-se as considerações sobre brincadeiras, brinquedos, linguagem e interações. Apesar da interação ter sido tema dominante nos trabalhos, apenas uma apresentou contribuições teóricas específicas, bem como apenas uma também destacou a prática docente.

Nos procedimentos metodológicos evidenciou-se a abordagem qualitativa e empírica, inclusive por ser a proposta do GDE para articular teoria à prática. Portanto, os trabalhos basearam-se em pesquisas empíricas qualitativas, que foram realizadas no

período de dois a três meses em 2015. Os campos de pesquisa foram dez instituições de Educação Infantil públicas e uma privada, sendo que duas pesquisas se realizaram na mesma cidade e nove em cidades diferentes.

As instituições escolhidas eram o próprio local de trabalho das autoras e do autor, justificando que com o curso GDE começaram a identificar as problemáticas existentes relacionadas a gênero. Os sujeitos das pesquisas foram vinte e quatro professoras e mais de duzentas crianças, embora alguns trabalhos não informassem a quantidade nem o sexo das crianças, o que não deveria ser em um curso de especialização sobre gênero.

As pesquisas utilizaram instrumentos similares para a coleta de dados, todas fizeram observações das interações crianças–crianças e crianças–docentes para identificar as relações de gênero que as perpassavam. As observações tiveram como enfoques: crianças e docentes nas diversas atividades e espaços das instituições; as brincadeiras e comportamentos entre meninos e meninas; as prescrições docentes; apenas as crianças nos momentos de brincadeiras livres; e as atividades de sala de aula.

Os outros instrumentos utilizados foram a entrevista semiestruturada e/ou questionário fechado às docentes para identificar suas prescrições de gênero frente às brincadeiras livres e orientadas, às atividades em sala de aula, e aos brinquedos escolhidos pelas crianças. As observações articularam-se aos questionários e às entrevistas como meio de complementar os dados obtidos e comparar ações ditas e vividas.

Importante ressaltar que, sendo o campo de pesquisa o próprio local de trabalho, as autoras e o autor conheciam bem as instituições, mas passaram a observá-las sob a perspectiva de gênero identificando situações de desigualdade que mereciam uma reflexão teórica, não observadas antes do curso GDE. Os instrumentos escolhidos possibilitaram que as investigações apontassem contradições entre o que foi dito e observado, identificando segregações de gênero e incompreensão sobre o tema.

As pesquisas tiveram como principal questão norteadora: quais as concepções de gênero das professoras e como interferem em situações que envolvem o tema? Os resultados evidenciaram que as professoras compreendem gênero como características atribuídas a meninos/homens e meninas/mulheres para diferenciá-los/as socialmente. Aos meninos atribuíram características de atividade, esperteza e violência, e às meninas de passividade, delicadeza e interesse nas atividades.

Como explica Bourdieu (2002), gênero é um princípio de visão e divisão social, pelo qual se atribuem significados (visão) supostamente naturais às “estruturas objetivas” (divisão) construídas historicamente. Nesse sentido, as concepções apresentadas pelas

docentes, além de binárias (dividas em dois polos), também são dicotômicas, ou seja, as características atribuídas às meninas não são compartilhadas por meninos e vice-versa.

Tradicionalmente o polo superior é o masculino, então os atributos de masculinidade são mais valorizados, chama a atenção a atribuição de uma característica negativa nos meninos que é a violência, e a atribuição de uma característica especialmente positiva nas meninas que é o interesse nas atividades escolares.

Nos resultados destacam-se os dados referentes à pedagogia organizacional, às prescrições docentes e às interações. No que concerne à pedagogia organizacional e visual, todas as pesquisas descreveram o campo de forma minuciosa em sua estrutura física, porém apenas uma destacou os aspectos pedagógicos e curriculares que envolvem essa organização (CARVALHO, COSTA e MELO 2008) e que contribuem para a construção das identidades de gênero das crianças.

Foram identificadas separações nos banhos, momento oportuno para conhecerem e respeitarem os corpos seus e das outras crianças, nas brincadeiras, nas filas, e por vezes no direcionamento do uso de material didático. Na única escola privada investigada meninas e meninos sentavam-se em lados opostos da sala, as bolsas e os brinquedos eram separadas também por sexo e o material didático era destinado a uns ou a outras.

Acerca das prescrições docentes todas as pesquisas apontaram que as professoras afirmavam nas entrevistas que não faziam diferenciação entre meninos e meninas, mas o contrário foi observado em suas práticas. Não permitiam meninos brincar ou fazer outras atividades com as meninas por não considerarem “coisas de meninos”; não deixavam as meninas brincar ou usar brinquedos e espaços que envolvessem força e movimentação para não se machucarem, porque não eram “coisas de meninas”; separavam meninos e meninas em filas, banhos e nas atividades em sala de aula; enfatizavam que as aprendizagens gendradas das crianças já vinham da família e não poderiam intervir, exceto em casos que fugiam ao binarismo de gênero, que deveria ser corrigido.

Na Educação Infantil as orientações docentes são fundamentais para formação pessoal e social da criança (BRASIL, 1998). Impedir que meninos e meninas interajam nas atividades é limitar o processo de construção de suas identidades à homosociabilidade, uma vez que esta construção “depende das interações socioculturais” (p. 15), além de outras experiências, que neste caso ficam limitadas ao convívio mais próximo com um único sexo. Aqui nos referimos à homosociabilidade no sentido de convivência com os ‘semelhantes’, geralmente vistos de uma perspectiva

positiva, em contraposição aos ‘outros’, os ‘diferentes’, objeto de atributos negativos e características estereotipadas (KENNY, WHITTLE e WILLMOTT, 2011).

Por outro lado, ao não intervirem nas aprendizagens gendradas e desiguais oriundas das famílias e que se refletem no processo de aprendizagem, docentes e instituições se omitem em desenvolver práticas pedagógicas que busquem o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade humana.

Portanto, determinar lugares e ações para as crianças tendo como base o sexo biológico, e oferecer oportunidades de aprendizagem desiguais para meninas e meninos, é uma forma de ensiná-las/los que as diferenças podem ser tratadas como desigualdades, legitimando as relações de poder e gerando exclusão. Por outro lado, é preciso reconhecer que as docentes se constituíram sujeitos dentro dessas relações que caracterizam a cultura androcêntrica e sexista, e que é preciso admitir mudanças pessoais para pensar em práticas de equidade de gênero, o que nem sempre um curso de formação consegue propiciar.

Um estudo identificou que as crianças iniciaram seu reconhecimento de pertencimento a um gênero por meio da linguagem por volta dos três anos de idade. Dois textos apontaram que, por vezes, durante as brincadeiras meninas e meninos fugiam às normas binárias de gênero ignorando as diferenças, mas eram repreendidas/os por professoras e colegas para procurarem seus grupos de gênero. Todas as pesquisas evidenciaram a separação das crianças por sexo durante as brincadeiras e demais atividades, e o argumento exposto pelas docentes foi que não interferem nos momentos livres das crianças, porém, identificou-se o contrário nas observações. Por exemplo, professoras intervinham nas brincadeiras quando um menino queria brincar de boneca, e quando uma menina queria brincar de bola; os meninos eram deixados mais livres para brincarem onde quisessem, mas as meninas eram chamadas à atenção ao saírem da sala para brincar lá fora.

Paechter (2009) afirma que essa busca da criança por uma identidade de gênero é uma forma de garantir seu pertencimento nos grupos de socialização: “o gênero, como forma de organizar o mundo, é tão saliente para as crianças pequenas, que se estabelecer como um menino ou como uma menina ‘adequados’ ao novo ambiente é de extrema importância” (p. 85). No entanto, essas identificações são possibilitadas pela perspectiva adultocêntrica ao demarcarem desde cedo os lugares, ações, expectativas, objetos, adereços etc. desiguais para meninas e meninos.

Acerca das proposições de ações para o trabalho pedagógico que produza relações de gênero equânimes e valorização da diversidade, identificaram-se seis estudos que

fizeram proposições. Um propôs a intervenção pedagógica através dos próprios recursos usados para diferenciar meninas e meninos nas brincadeiras, no uso dos brinquedos, no trabalho com as cores e gostos. Outro propôs a inclusão da temática de gênero no projeto político pedagógico como parte da política formal da instituição e para garantir sua abordagem.

A terceira proposição versou sobre a produção de projetos de forma coletiva entre docentes para beneficiar crianças, familiares e a comunidade escolar em geral. A quarta focou na necessidade da formação continuada por meio de cursos, grupos de estudos, debates e estudos individuais. As duas últimas proposições foram para de discussão sobre gênero nas instituições e mudanças na própria sala de aula, não usar linguagem sexista e promover diálogos que permitam a participação de meninas e meninos de forma equânime.

Constata-se que as práticas pedagógicas ainda são reprodutoras da cultura androcêntrica de valorização de atributos masculinos e desvalorização de atributos femininos. As instituições pesquisadas ainda “informam o ‘lugar’ (...) dos meninos e das meninas” (LOURO, 2014, p. 62), dos corpos e as expectativas para cada um/uma. Porém, também evidenciaram-se sugestões para a superação dessas práticas de segregação e desigualdade, com a perspectiva de valorização da diversidade humana.

Considerações finais

Este texto teve como objetivo analisar a produção do curso GDE ofertado em um estado do Nordeste brasileiro que enfocou as construções de gênero na Educação Infantil. Entre 148 trabalhos de conclusão do curso, onze foram dedicados a este nível de ensino. Identificou-se que as práticas pedagógicas na Educação Infantil em dez cidades diferentes ainda são de desigualdade das experiências educacionais das crianças em virtude do gênero. Esse pode ser um panorama a ser considerado nas discussões sobre gênero nos planos municipais de educação, quando os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS Agenda 2030, proclamados em 2015 pela ONU, buscam concretizar os direitos humanos, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas (ODS 5) (ONUBR, 2015).

Os temas focaram nas interações docentes–crianças e crianças–crianças e nas brincadeiras com objetivo de analisar como ocorrem nas instituições escolares. As referências teóricas foram limitadas a poucas autoras e nem sempre os textos apresentaram análises que articulassem os processos de gendramento, porém os

procedimentos metodológicos utilizados permitiram articular o dito e o praticado, por meio de observações, entrevistas semiestruturadas e/ou questionários.

Nos resultados não foi efetivamente evidenciada a pedagogia organizacional e visual de gênero das instituições. As prescrições docentes focaram na reprodução das desigualdades de gênero: designavam espaços, ações, brincadeiras e brinquedos diferentes para meninos e meninas, deixando ambos em desvantagem quanto a aprenderem juntos “coisas novas”.

As interações delimitavam as experiências de meninos e meninas às práticas gendradas, impossibilitando outras oportunidades de aprendizagem sobre o que pode ser diferente ou particular em cada um/uma, limitando as relações de amizade entre as crianças à homossociabilidade e, em consequência, inviabilizando o respeito às peculiaridades dos/as colegas. As proposições tiveram como base a formação continuada, apontando a perspectiva das próprias autoras/educadoras e do autor/educador quanto a outras possibilidades de práticas pedagógicas de valorização da diversidade.

Um ponto importante evidenciado em todas as pesquisas foi que é na família que se inicia o processo de construção das identidades de gênero, afirmação feita tanto por pesquisadoras e pesquisador, quanto pelas docentes participantes. As demarcações gendradas oriundas das famílias foram observadas nos materiais trazidos pelas crianças, como cadernos, brinquedos e bolsas, demonstrando as expectativas que os adultos investem em meninos: fortes, valentes, ativos e heróis, ou em meninas: delicadas, frágeis, passivas e princesas, reduzindo as possibilidades de experiências das crianças.

As pesquisas reconheceram que as instituições de Educação Infantil são espaços importantes para as desconstruções de práticas binárias e dicotômicas de gênero, mas identificaram a reprodução dessas práticas nessas mesmas instituições, já que seus agentes argumentavam que não poderiam interferir nos ensinamentos vindos das famílias. Contudo, não havia uma política formal para esses acordos entre escola e famílias.

As autoras e o autor dos trabalhos analisados destacaram que uma das contribuições do curso GDE foi a possibilidade de visualizar as desigualdades de gênero nas instituições em que trabalhavam, algo a que não davam atenção antes do curso por considerarem “natural” nas relações sociais. Outra contribuição apresentada por duas autoras e o autor foi conseguir ter o “olhar cuidadoso” sobre suas práticas e transformá-las a partir das pequenas ações em sala de aula em situações que antes passavam despercebidas – cuidado na linguagem sexista, nas prescrições para brinquedos e brincadeiras e evitar a segregação por sexo, promovendo o trabalho coletivo entre

meninas e meninos. Além disso, em geral também afirmaram que o curso contribuiu para suas relações pessoais fora das instituições de Educação Infantil.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil v.1**. Brasília, 1998.
- BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Casa Civil. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em março/2017.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; COSTA, Eliana Célia Ismael da; MELO, Rosemary Alves de. **Roteiros de gênero: a pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil**. ANAIS da 31ª Reunião da ANPED, GT 23. Caxambu, MG. 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT23-3953--Int.pdf> Acesso em março/2017.
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Liber Livro, 4 ed. v. 6. Série Pesquisa. Brasília, 2012.
- KENNY, Kate; WHITTLE, Andrea; WILLMOTT, Hugh. **Understanding Identity and Organizations**. London. Sage, 2011.
- LORBER, Judith. **Gender inequality: Feminist theories and politics**. 4 ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis/RJ. Editora Vozes, 2014.
- ONUBR. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em 14/03/2017.
- PAECHTER, Carrie. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminidades**. Porto Alegre. Artmed, 2009. Tradução: Rita Terezinha Shemidt.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.1995. Disponível em: https://ia801403.us.archive.org/9/items/scott_gender/scott_gender.pdf Acesso em fevereiro/2017.
- SIMÃO, Márcia Buss. Gênero como possibilidade ou limite da ação social: um olhar sobre a perspectiva de crianças pequenas em um contexto de educação infantil. **Revista**

Brasileira de Educação. [s/l], v. 18, n.55, p. 939-1064, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/08.pdf> Acesso em março/2017.

Lista de textos analisados³

1. Coisas de meninas e meninos: as construções de gênero na educação infantil – Merian Aparecida Poluceno da Silva
2. Construção de gênero a partir de brincadeiras na educação infantil – Tércio Márcio Tavares da Silva
3. Gênero na educação infantil: reflexões sobre a prática pedagógica – Iranilda Gomes da Silva
4. “Eu sou menino ou menina?” Manifestações de gênero na primeira infância – Maria Dolly Paula Martin Sentis
5. A construção das identidades de gênero na educação infantil: uma reflexão necessária – Greicy Sonaly Sousa Silva Barbosa
6. Brincadeiras e brinquedos de meninos e meninas no ambiente escolar – Thaísa Marculino da Silva
7. Gênero e ludicidade: percepções de professoras em jogos e brincadeiras na Educação Infantil – Rosana de Oliveira Gomes Santos
8. “Os meninos, eles quem ganham”: percepções de gênero de professoras sobre brincadeiras na Educação Infantil – Roseane de Oliveira Gomes
9. Gênero na educação infantil: (con)formando meninos e meninas – Marilene Maria Barros da Silva
10. Problematizando as interações em uma turma da educação infantil: análise dos estereótipos de gênero – Camila Araújo da Silva
11. Prescrições de gênero na educação infantil: uma análise da percepção das educadoras da E.M.E.F. Antônio Carneiro Filho do Município de Remígio/PB – Romana Ronigreci Dias da Silva

³ Em virtude do anonimato, não informamos o local e instituição oriundas dos textos analisados, e, portanto segue na composição de lista e não de referência bibliográfica.